

Sobre a Concepção Materialista da História

MAURO CASTELO BRANCO DE MOURA*

“Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.”
Antonio Machado

Marx, em diversos momentos de sua vida, dedicou-se ao estudo das sociedades “pré-capitalistas”, deixando um legado particularmente sugestivo de anotações produzidas, sobretudo, em dois períodos principais: em 1857/1858, nos cadernos sobre as formas anteriores à produção capitalista dos *Grundrisse*, e entre 1880 e 1882, nos apontamentos oriundos de seus estudos acerca da etnologia evolucionista e que serviriam de base para que Engels elaborasse *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, publicada em 1884, pouco tempo, portanto, após a morte de Marx, ocorrida em 1883.² Muito antes disso, sem embargo, o gérmen de sua concepção acerca da história que, *a posteriori*, ficou conhecida como “materialismo histórico”,³ foi esboçada em um texto elaborado em coautoria com Engels e que, no entanto, só seria publicado muito tempo depois da morte de ambos, em 1932. Com efeito, já na *Ideologia Alemã* (1845) Marx e Engels adiantam um conjunto de teses que levariam um autor da nomeada de Althusser, por exemplo, a classificá-la como uma “obra da ruptura” (1975 [1965], p. 25), ou seja, tratar-se-ia de um texto no qual os ilustres renanos esboçariam elementos centrais

* Professor Titular do Departamento de Filosofia – FFCH/UFBA. E-mail: mcbmoura@ufba.br

2 Engels inicia o prefácio à 1ª edição declarando que estaria cumprindo com uma obrigação, em certa medida, testamentária em relação ao amigo recém falecido (Engels, 1964 [1884], p. 7).

3 Segundo Maximilien Rubel, a expressão “materialismo histórico” teria sido cunhada por Engels e aparece, por primeira vez, na introdução à edição inglesa, de 1892, de *Socialismo Utópico e Socialismo Científico* (Rubel, 1977, p. 1602); porém, enunciada como “concepção materialista da história” já está presente no prólogo à primeira edição alemã de 1882 (Engels, 1986, p. 616).

de suas concepções inovadoras acerca da história. Costuma passar inadvertida, para um grande número de comentaristas, dentre o enorme repertório de temas relevantes contidos nesta instigante e sugestiva obra, a afirmação peremptória ali contida de que

[...] a grande indústria [*die große Industrie*] [...] criou [*erzeugte*], por primeira vez, a história universal [*die Weltgeschichte*], fazendo com que todas as nações civilizadas e todos os indivíduos dentro delas dependessem do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, e acabou com o exclusivismo natural e primitivo de nações isoladas que até então existia (Marx e Engels, 1974 [1932], p. 68-69; 1953, p. 390-391).

Este processo, acelerado pelas Grandes Navegações e a Conquista, configurando paulatinamente um mercado mundial, e que desemboca na Revolução Industrial e consolida o capitalismo *tout court*, foi concisa e elegantemente descrito por Marx n’*O Capital* como “acumulação primitiva” ou “originária” [*ursprünglich Akkumulation*]. Redescoberto mais recentemente como *globalization* ou *mondialisation*, o fenômeno diz respeito à configuração de uma história única, universal, perpetrada pelo capital e que enlaça num destino comum, para o bem ou para o mal, todos os povos, ou seja, a humanidade inteira, que só a partir deste momento passa a existir de fato. Ao afirmar que a “*história universal*” é uma criação da grande indústria Marx e Engels, evidentemente, estão supondo que, antes dela, tal história não existia e que só havia histórias particulares, mais ou menos amplas, sem uma conexão intrínseca, embora muitas vezes interligadas através de enlaces intermitentes, ou até permanentes, entre si. A despeito da presença no texto de formulações de grande generalidade do ponto de vista heurístico, como luta de classes, relações de produção e forças produtivas, etc., os autores, ao identificarem um momento de criação da história universal, ao mesmo tempo propõem a pluralidade histórica como antecedente. Em verdade, trata-se da universalização da vertente histórica singular que engendrou a grande indústria, absorvendo, paulatina ou abruptamente, com maior ou menor intensidade, todas as outras histórias singulares. Dito de outro modo, uma história particular, a da grande indústria, configurou-se universal pela incorporação, em seu dinamismo constitutivo, de todas as demais.

Pouco mais de uma década depois, nos *Grundrisse*, Marx corroborou e aprofundou esta perspectiva de desenvolvimento histórico plural, apresentando a hipótese de vertentes históricas diferenciadas que teriam emergido de uma, por ele denominada, “comunidade natural” ou “comunidade tribal”, assim descrita:

[...] a comunidade tribal, a comunidade natural, não é resultado, senão premissa da apropriação comum (temporal) e do desfrute comum da terra. [...] A comunidade tribal primitiva ou, se se quer, a horda – comunidade de sangue, de língua,

costumes, etc. – é a premissa inicial para a *apropriação das condições objetivas de sua* [dos homens] *vida* e para a atividade reprodutora e realizadora de produtos (sua atividade de pastores, caçadores, cultivadores, etc.) (Marx, 1985 [1939-1941], Tomo I, p. 335).

Independentemente da exatidão empírica de sua formulação, o mais relevante nela é que permite descortinar, a partir desta origem comum, pelo menos duas vertentes históricas e, dentre elas, uma extremamente rica e que não segue um padrão comparável àquele da que desembocou no capitalismo. As “formas asiáticas”, que não se limitam a este âmbito geográfico e podem abarcar “comunidades eslavas”, os “antigos celtas”, o “México” e o “Peru” (Marx, 1985, Tomo I, p. 336), configuram uma modalidade histórica cuja estrutura comunitária pode sofrer inúmeras transformações, porém, seus vínculos atávicos, por mais esgarçados que eventualmente venham a estar, não chegam a se romper, e a comunidade enquanto tal permanece, mesmo que se acople sobre ela um poder superior, como um “proprietário supremo”.

No âmago do despotismo oriental, onde juridicamente parece não haver lugar para a propriedade, impera de fato e como fundamento a propriedade tribal ou comum, criada quase sempre por uma combinação de trabalho manual e trabalho agrícola no seio da pequena comunidade, que satisfaz, assim, *selfsustaining* [autossuficiente], todas as necessidades e encerra em si mesma todas as condições para a reprodução e produção do mais-produto. Uma parte de seu mais-trabalho reverte à comunidade suprema, que assume, em última instância, a forma de *pessoa*; este mais-trabalho se faz chegar a ela por meio de tributos, etc., e por meio de trabalhos comuns realizados para glorificar a unidade que tem por expoente o déspota real ou um ser tribal imaginário, um deus (Marx, 1985, Tomo I, p. 336).

Destarte, o desenvolvimento das “formas asiáticas”, na descrição de Marx, consistiria, essencialmente, numa constelação de comunidades, amalgamadas pelo acoplamento superposto de um elemento unitário comum, repetindo, em escala muito ampliada, a mesma estrutura que congregaria os diversos clãs em uma tribo. Ele parece querer sublinhar, com isso, que a trajetória histórica que desembocou no capitalismo não foi a regra, mas parece ter sido uma exceção, apesar das variantes que abarca. Com efeito, sua análise da “segunda forma” destaca, pela ruptura dos vínculos atávicos e comunitários, um destino histórico muito mais volátil. Tal vertente “também [...] pressupõe, como premissa inicial, a *comunidade*, porém não, à maneira do caso anterior, como uma substância [...]” (Marx, 1985, Tomo I, p. 337). Enquanto as “formas asiáticas” produziram formações sociais muito mais estáveis, onde, apesar da ocorrência de tempestades no cimo da pirâmide social, sua base permanecia incólume durante séculos; esta segunda forma prima por sua

plasticidade, por um destino histórico errante e veloz, fundado na dissolução dos vínculos comunitários, pela emergência da propriedade privada e pelo desenraizamento do indivíduo que termina por propiciar. A comunidade aqui também é a base, cuja essência, porém, é subvertida pelo instituto da propriedade privada, que potencializa o caráter solvente da forma dinheiro sobre as relações sociais atávicas e as solapam desde seus próprios fundamentos.

Talvez pelo ineditismo prolongado das obras mencionadas, prevaleceu certa tendência a interpretar o postumamente nomeado “materialismo histórico” como uma filosofia da história, cujo desenvolvimento inexorável abarcaria toda a história humana. Ainda em vida Marx teve a oportunidade de deixar patente seu desconforto com relação a este tipo de interpretação de seu legado teórico. Exemplo cabal, neste sentido, é a carta que escreveu à redação da revista russa *Ostietchestviennie Zapinski* em resposta a um artigo nela publicado por Mikhailovski (que não será possível examinar nos limites deste artigo), onde afirma o seguinte: “O capítulo sobre a acumulação primitiva pretende somente traçar o caminho por onde, na Europa Ocidental, a ordem econômica capitalista saiu das entranhas da ordem econômica feudal” (Marx, 1982a [1877], p. 166). E, mais adiante, acrescenta:

Ele [Mikhailovski] se sente obrigado a metamorfosear meu esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental em uma teoria histórico-filosófica da marcha geral fatalmente imposta a todos os povos, sejam quais forem as circunstâncias históricas em que se encontrem [...] (Marx, 1982a, p. 167).

E conclui, afirmando que

[...] acontecimentos de uma surpreendente analogia, mas que ocorreram em meios históricos diferentes, levaram a resultados inteiramente distintos. Estudando cada uma dessas evoluções separadamente e comparando-as em seguida, encontraremos facilmente a chave deste fenômeno, mas nunca chegaríamos a ela com o *passé-partout* [a chave mestra que abre todas as portas] de uma teoria histórico-filosófica geral, cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica (Marx, 1982a, p. 168).

Apesar destas manifestações inequívocas de Marx, bem como de suas análises da comunidade rural russa, expressas nas distintas versões de sua correspondência a Vera Zaslitch,⁴ ou no prefácio à edição russa de 1882 do *Manifesto Comunista*,

4 À pergunta de Vera Zaslitch sobre “que futuro pode haver para a [...] comuna rural [russa]?” (Zaslitch, 1982 [1881], p. 174) Marx, em sua resposta mais concisa e a que foi efetivamente enviada à destinatária, afirma que o percurso por ele descrito em *O Capital* estaria restrito “aos países da Europa Ocidental” (Marx, 1982b, p. 188).

onde também rebate a ideia de um determinismo histórico unívoco,⁵ a concepção escatológica do “materialismo histórico” tendeu a vicejar e, até, a se aprofundar ao longo do tempo. A versão mais célebre é a teoria dos “cinco estágios” formulada por Stalin, que parece ter inspirado muitos autores soviéticos (Kuucinen, 1962, p. 130; Shajnazárov, 1977, p. 90-91), mesmo depois de sua defenestração a partir de 1956. Com efeito, em 1938, um pouco antes da II Guerra Mundial, ou Grande Guerra Patriótica como os soviéticos (e os russos até hoje) preferiram denominá-la, Stalin lançou um opúsculo intitulado *Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico*, no qual, entre outras teses, em menção velada a um texto de Plekhanov de 1908, critica o “determinismo geográfico” e afirma o seguinte: “A história conhece cinco tipos *fundamentais* de relações de produção: o comunismo primitivo, a escravidão, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo” (Stalin, 1972 [1938], p.118). Convém aqui sublinhar a conjuntura que suscitou a formulação. Embora escrito trinta anos após a publicação do alvo de sua crítica, o texto de Stalin provavelmente tem em mente o ingente desafio que se avizinhava às vésperas da guerra e, para fazer frente a ele, alinhar em um único destino histórico comum a vastidão complexa do mundo soviético, profundamente amalgamado à herança asiática, pareceria uma importante providência para dar coesão àquele emaranhado sociocultural, sobretudo porque apontava para um inexorável devir afortunado. A passagem nas obras de Marx que estaria mais próxima de dar ensejo a esta fatalidade auspiciosa, ou seja, a uma filosofia da história tão ingenuamente otimista, fundada em uma interpretação histórica linear e progressiva da alternância de modos de produção, seria quando, em 1859, ele afirma o seguinte: “A grandes rasgos pode-se qualificar os modos de produção asiático, feudal e burguês moderno como épocas progressivas da formação econômica da sociedade” (Marx, 2003 [1859], p.5). No entanto, além da ausência da parusia laica do socialismo, a simples presença aí do “modo de produção asiático” já desfigura qualquer pretensão de que a passagem fornecesse uma descrição unilinear e progressiva do processo histórico. Onde quedaria a forma asiática neste esquema? Aparentemente Plekhanov, o autor alvo de Stalin, está mais bem amparado na letra de Marx. Mesmo sem conhecer os *Grundrisse*, que só seriam publicados a partir de 1939, sua interpretação é muito mais atilada. Com toda razão conclui que,

5 “O *Manifesto Comunista* tinha como tarefa a proclamação do desaparecimento iminente e inevitável da moderna propriedade burguesa. Mas na Rússia vemos que, ao lado do vertiginoso florescimento da fraude capitalista e da propriedade territorial burguesa em vias de formação, mais da metade das terras é possuída em comum pelos camponeses. A pergunta, pois, agora é: poderá a *Obchtchina* [comunidade rural, aldeã] russa – forma por certo já muito deteriorada da antiga posse comum da terra – passar diretamente a uma mais alta forma comunista de propriedade fundiária, ou deverá passar primeiro pelo processo de dissolução que encontra sua expressão no desenvolvimento histórico do Ocidente? A única resposta que hoje se pode dar a essa questão é a seguinte: se a revolução russa tornar-se o sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade em comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução (*Entwicklung*) comunista” (Marx e Engels, 1996, p. 44).

[...] a lógica de desenvolvimento do modo *feudal* de produção levou à revolução social que marcou o triunfo do *capitalismo*. Mas, a lógica do desenvolvimento econômico da *China* ou do *Egito Antigo* [...] não conduziu, de modo algum, ao aparecimento do modo *antigo* de produção (Plekhanov, 1976 [1908], p. 88-89).

Plekhanov se precata que não está diante de uma sucessão unilinear de modos de produção, mas que se trata de vertentes históricas diferentes, que não estão diretamente relacionadas. Ademais, o escravismo antigo não dá ensejo ao feudalismo da mesma maneira que este gesta o capitalismo dentro de si. Em muitos lugares Marx menciona uma forma germânica, que parece ter contribuído, em simbiose com os elementos remanescentes da *débâcle* do Império Romano, para a lenta configuração do feudalismo.

Reprodução

A recuperação do conceito de “modo de produção” como instrumento científico de abordagem da realidade histórica e social passa pelo abandono desta escatologia laica tão presente em certos manuais de proselitismo.⁶ Ademais, parece imperioso, também, escapar da armadilha reducionista que o próprio emprego do termo “produção” encerra, ao sugerir uma primazia, que beira à exclusividade, da esfera produtiva em detrimento de todos os demais momentos do processo de reprodução social. Conceber a *produção* isoladamente, fora do contexto do *processo de reprodução social* em seu conjunto, contraria explicitamente as indicações metodológicas de Marx em sua famosa *Introdução de 1857*⁷ e que são reiteradas, por exemplo, na seguinte passagem d’*O Capital*:

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, este tem que ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir. Considerado em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução (Marx, 1983, Livro I, Vol. 2, p. 153).

Em verdade, o termo “produção” se apresenta inexoravelmente eivado por uma ambiguidade que lhe é constitutiva, uma vez que designa, de um lado, um dos momentos do processo de reprodução social e, do outro, o próprio processo em seu conjunto. Talvez fosse mais adequado e preciso o emprego da expressão “modo de reprodução” em vez de “modo de produção”, mas a consagração do

6 Para um tratamento mais amplo das vicissitudes do conceito de “modo de produção” ver Moura, 2011.

7 “O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio e o consumo sejam idênticos, senão que são todos membros de uma totalidade. Distinções dentro de uma unidade” (Marx, 1985, Tomo I, p. 14).

seu uso dificilmente tornaria esta redenominação exequível. Inobstante, parece indispensável advertir permanentemente contra uma interpretação reducionista deste conceito, onde a ênfase na esfera da “produção” obnubila os momentos do consumo e da distribuição (que estabelece o enlace entre produção e consumo). Aliás, é o momento da distribuição hipostasiada em *mercado* que dá a tônica da socialidade burguesa, pois é nesta esfera que o *valor* desponta hipertrofiado como ordenador do processo de reprodução social. O conjunto da socialidade burguesa está transfigurado pela pleonástica “valorização do valor” [*Verwertungs des Werts*] (Marx, 1972, 167) que caracteriza a forma capital dos produtos do trabalho humano no “modo de produção” (que, na verdade, é um modo de reprodução) capitalista, convertendo-a (a forma capital) em “um sujeito automático” [*ein automatisches Subjekt*] (Marx, 1972, p. 169) da sociedade burguesa.

Sem embargo, não seria demasiado recordar aqui que o momento *consumptivo* é incluível ao processo de reprodução de todas as formas de vida, ou seja, ao mundo orgânico enquanto tal, porque o consumo é uma *conditio sine qua non* para a própria continuidade da vida e só as formas superiores e mais complexas costumam ensejar o estabelecimento de uma esfera propriamente produtiva em seu processo de reprodução. Assim, uma das peculiaridades do processo de hominização, que resultou no *homo sapiens*, reside na intercalação de um momento produtivo, cada vez mais complexo, configurador do consumo, em seu processo de reprodução social, o qual se vai tornando paulatinamente mais plástico pela emergência de um campo instrumental⁸ que lhe permite a expansão e ocupação de quase todos os *habitats* terrestres do planeta. E é a implantação plena do momento produtivo do processo de reprodução social que se inaugura no gênero *homo* (ainda antes do *sapiens*) com a elaboração de instrumentos líticos e a domesticação do fogo, que se expressa através de um processo teleológico aberto, premido por uma finalidade imanente, cujo gérmen está idealmente concebido.⁹ Esta prefiguração enseja a instauração de um campo simbólico no qual a linguagem desponta como fundamento da cultura e torna o trabalho, modo peculiarmente humano de metabolismo com a natureza, a porta heurística de acesso a quaisquer das formas da socialidade humana. Ou, nas palavras de Marx:

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos mais simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer necessidades humanas, condição universal do me-

8 Por isso Marx parafraseia Benjamin Franklin denominando o homem como a *toolmaking animal* (Marx, 1972, p. 194).

9 “No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador [*in der Vorstellung des Arbeiters*], e portanto idealmente” (Marx, 1983, Livro I, Vol. 1, pp. 149-150; 1972, p. 193). Jorge Grespan recentemente destacou a importância multifacetada que a *Vorstellung* (“imaginação” ou “representação”) cumpre no arcabouço teórico de Marx (Grespan, 2019). No entanto, não será possível, nos limites deste texto, seguir-lhe os passos e desdobrar toda a riqueza que esta temática descortina.

tabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (Marx, 1983, Livro I, Vol. 1, p. 153).

No entanto, cada figura social apresentará um modo peculiar deste metabolismo, com seu campo instrumental correspondente.¹⁰ A plasticidade dessas formas, configuradora da história, suscita a aparição de modalidades da cultura igualmente diferenciadas, obedecendo, no entanto, a dois níveis primários de determinações indispensáveis à continuidade da vida humana, a saber: 1) a produção dos meios de vida [*Lebensmittel*] em sentido amplo, sem os quais a existência humana seria inconcebível e 2) a produção de novos indivíduos humanos, que perpetuem a figura social, repondo os desfalques ocasionados pela finitude natural dos indivíduos que a compõem. Nas palavras de Engels:

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, roupas, habitação, e instrumentos necessários para tudo isto; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie (Engels, 1964, pp. 7-8).

A ênfase na produção de valores de uso [*Gebrauchswerten*] (ou riqueza concreta), capazes de satisfazer às necessidades humanas,¹¹ não encerra nenhum reducionismo economicista, mas apenas parte do óbvio reconhecimento de que todas as formas sociais necessitam, para poder subsistir, de garantir aos indivíduos humanos que a compõem os elementos indispensáveis à sua perpetuação, sem desconsiderar, porém, o fato, já assinalado, de que estas necessidades, embora imperiosas, são historicamente configuradas.

De maneira análoga, porém nem sempre destacada por uma ampla maioria dos comentaristas, está a produção dos novos indivíduos humanos: a *procriação*. Nenhuma sociedade humana poderia subsistir sem garantir uma permanente continuidade do “estoque” de indivíduos humanos imprescindíveis ao seu funcionamento.

10 “As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Ao adquirir novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção, e mudando o modo de produção, a maneira de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais. O moinho a braço nos dará a sociedade do senhor feudal; o moinho a vapor, a sociedade do capitalista industrial” (Marx, 1965, p. 79).

11 Em seu grandioso projeto de “crítica da economia política”, Marx parte do discurso dela para denunciar-lhe os limites, os titubeios e as incoerências. Por isso adota a nomenclatura de Adam Smith que denomina a utilidade como “*value in use*”. No entanto, o “valor de uso” e o “valor de troca” [*value in exchange*], em Smith, são atributos do “valor” (Smith, 1956, p. 32) e, para Marx, da forma mercadoria. Na sua crítica à economia política parece remontar não a Smith, embora mantenha sua nomenclatura, mas à crítica da crematística efetuada por Aristóteles (Aristóteles, 1973, p. 1420 [1257a]).

Destarte, a perpetuação da vida humana nas duas dimensões apontadas configura as *formas puras da socialidade*, ou seja, integram o repertório das condições sem quais as sociedades humanas seriam inconcebíveis (Moura, 2001a, p.35).¹² Embora a maioria dos comentaristas sempre tenha destacado o papel crucial da produção dos meios de vida, são muito escassos os que enfatizam a relevância da “produção” de novos indivíduos. Desde o início d’*O Capital*, ao examinar o atributo da utilidade, constitutivo da forma mercadoria (dos produtos do trabalho humano), ou seja, o “valor de uso” (ou “riqueza concreta”), que Marx afirma que ela deve obedecer à *conditio sine qua non* de satisfazer a alguma necessidade humana, seja “do estômago ou da fantasia [*dem Magen oder den Phantasie*]” (Marx, 1972, p.49). Em sua conspícua análise sobre o atributo da utilidade (“valor de uso”), Marx não o restringe à satisfação apenas das necessidades mais prosaicas. Bens suntuários também satisfariam a necessidades humanas, reais ou imaginárias. Aliás, o emprego do termo “fantasia” [*Phantasie*], cuja etimologia grega unifica suas acepções em alemão ou português, corrobora a interpretação do caráter aberto e indeterminado, vale dizer, histórico e cultural, destas apetências.¹³ Por esta razão, o cálculo do valor da mercadoria força de trabalho deve incorporar “um elemento histórico e moral” [*ein historisches und moralisches Element*] (Marx, 1972, p. 185), relativizando o cabedal de bens e serviços cujo consumo seria imprescindível à subsistência da família trabalhadora em condições normais, em uma sociedade dada.

Segundo Marx:

O proprietário da força de trabalho é mortal. Se, portanto, sua aparição no mercado é para ser contínua, como pressupõe a contínua transformação de dinheiro em capital, então o vendedor da força de trabalho precisa perpetuar-se ‘como todo indivíduo se perpetua pela procriação’.¹⁴ As forças de trabalho subtraídas do mercado pelo desgaste e morte precisam ser continuamente substituídas ao menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores, de modo que esta *race* de peculiares possuidores de mercadorias se perpetue no mercado de mercadorias (Marx, 1983, Livro I, Vol. 1, pp. 141-142).

12 O artigo encontra-se disponível online pelo seguinte link: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2219/1837>

13 Corrobora-se empiricamente esta assertiva pela magnitude dos gastos em publicidade na indução ao consumo das mercadorias. Aliás, este esforço de “convencimento” se dá precipuamente de modo subliminar, apelando-se, sobretudo, às pulsões e só secundariamente a uma eventual escolha racional.

14 Grifo meu (MCBM), em passagem na qual Marx cita William Petty.

Deste modo, a mercadoria crucial ao processo de acumulação, cujo consumo produtivo a torna a única capaz de “valorizar valor”, guarda, ademais, um elenco de singularidades que levam Marx a classificar o conjunto de mercadorias em dois grandes blocos: de um lado, a capacidade ou força de trabalho [*Arbeitsvermögen* ou *Arbeitskraft*] (Marx, 1972, p. 181); do outro, todas as demais mercadorias (Marx, 1987, Vol. I, pp. 150-151). Embora não desenvolva a temática da produção da força de trabalho, limitando-se a indicar a determinação do seu valor (com a peculiaridade antes assinalada do “elemento histórico e moral”), Marx já alude, em passagens escritas em etapas anteriores do projeto de crítica da economia política, à *procriação*, ainda que *en passant*, porém não de maneira fortuita. Com efeito, desde *Die deutsche Ideologie* que a *procriação* [como *Fortpflanzung* ou *Zeugung*] (Marx e Engels, 1953, pp. 355-356) figura no horizonte teórico dos formuladores da concepção materialista da história, ou seja, muito antes da passagem imediatamente acima citada d’*O Capital* e por mim grifada. A reduzida ênfase no tratamento teórico da procriação provavelmente se deveu à delimitação implícita ao projeto de crítica da economia política, que tendeu a um afunilamento em torno da forma capital dos produtos do trabalho humano à medida que o mesmo avançava e amadurecia. Com efeito, a crítica da economia política, sobretudo em sua derradeira versão, embora inacabada, consistiu precipuamente na crítica da forma capital (título da obra), concebida pela economia política como um fato e por Marx e Engels como um problema a ser elucidado.¹⁵ Subjaz ao desenvolvimento teórico d’*O Capital* a pergunta pelas condições de possibilidade da “valorização do valor”, ou seja: como é possível o ΔD da fórmula geral do capital?¹⁶

O enigma do ΔD , como fenômeno reiterado e permanente na constituição da forma capital, só pôde ser esclarecido através da análise do consumo produtivo da mercadoria força de trabalho, que é tratada pela visada do seu rol no processo de acumulação, sem aprofundar no exame do “processo de produção”, enquanto tal, de seres humanos em geral, sem os quais inexistiria a força de trabalho. Com efeito, na procriação os indivíduos humanos não são “produzidos” como mercadorias, porém se tornam mercadorias *a posteriori*. Reminiscências de formas sociais pré-capitalistas, as estruturas familiares nas quais os indivíduos humanos são produzidos, não podem ser cabalmente explicadas pela “lógica” mercantil-capitalista que as refuncionaliza. Nas sociedades pré-capitalistas o processo de reprodução social aparece fortemente direcionado pela maximização da fecundidade, daí a exortação divina ao “sede fecundos, multiplicai-vos” (Gênesis, 1:28) que parece configurar a pauta de todas elas. Tal imbricamento corrobora a intuição de Rosa Luxemburgo de que “o conceito de reprodução encerra um elemento

15 Um tratamento mais amplo do “projeto de crítica da economia política” pode ser encontrado em Moura, 1999. O artigo encontra-se disponível online pelo seguinte link: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19770/14275>.

16 A fórmula geral do capital é $D-M-D'$, onde $D'=D+\Delta D$. D =dinheiro; M =mercadoria; ΔD =acréscimo de dinheiro (Marx, 1983, Livro I, Vol. 1, p. 128).

entrelaçado às formas da cultura” (Luxemburgo, 1967, p. 13), religião inclusive. A concepção materialista da história, portanto, não pode ficar confinada à esfera da produção *stricto sensu*, nem a um canhestro “fator econômico” que não leve em consideração o fato de que a riqueza burguesa, enquanto *valor*, é precipuamente abstrata. Aliás, apesar das formas mercantis terem contribuído para a dissolução ou o afrouxamento de certos liames atávicos em estruturas familiares (ou de parentesco), como as tribos e os clãs, a família nuclear burguesa, a mais atrofiada de todas, ainda assim erige um dique de contenção à penetração e domínio completo das formas mercantis. Os laços familiares mitigam ou suprimem o domínio da riqueza abstrata no âmbito da família, e mesmo em suas relações com o restante da sociedade.¹⁷ As relações de troca no ambiente intrafamiliar guardam mais similitude com o “sistema das prestações totais” de Marcel Mauss que com o sistema mercantil-capitalista (Mauss, 1974, pp.44-45).¹⁸ Estas “lógicas” reprodutivas que se entrecruzam talvez possam explicar o afã, quase obsessivo, de Marx, ao final da vida, no estudo da etnologia evolucionista, mesmo tendo ante si a ingente tarefa da conclusão d’*O Capital*, deixado inacabado com sua morte.

Forças Produtivas

Marx descreve o processo produtivo caracterizando-o através de três momentos distintos: 1) o *artesanato* [*Handwerk*], modalidade tipicamente pré-capitalista; 2) a *manufatura*, responsável, na gênese da Revolução Industrial, pelo incremento exponencial das “forças produtivas do trabalho” [*productive powers of labour*] (Smith, 1956, p. 9) propiciada pela divisão do trabalho e, finalmente, 3) a *indústria*, que supõe, através da introdução da maquinaria na esteira da decomposição e simplificação do trabalho complexo do artesão operada pela manufatura, uma explosão produtiva sem precedentes e que não veio, caberia enfatizar de entrada, para minimizar a fadiga dos trabalhadores (Marx, 1983, Livro I, Vol. 2, p.7). Desde a manufatura que o trabalhador coletivo se torna exponencialmente mais produtivo que o somatório dos trabalhadores individuais do artesanato, com a vantagem de que suas forças de trabalho são compradas individualmente. Com a grande indústria e a mobilização de forças motrizes que vão muito além das trações animais e humanas, o incremento assombroso das forças produtivas traz concomitantemente um maior controle da força de trabalho pelo capital e, como corolário, a intensificação da jornada de trabalho, permitindo um maior consumo

17 O próprio foco das relações mercantis da família com seu entorno não está precipuamente direcionado à riqueza abstrata. Sua dinâmica pode ser descrita pela circulação simples, cuja fórmula, M-D-M, está centrada na riqueza concreta, ou seja, na satisfação das apetências, que são finitas, como os indivíduos humanos. Só o capital, em seu afã pela riqueza abstrata (extrassensorial), pode ser insaciável.

18 Os filhos, por exemplo, representam um gasto não ressarcido, mesmo quando postos a trabalhar precocemente nas famílias mais carentes. O compromisso que aí se estabelece é intersubjetivo, vincula-se pela dádiva (ou dom) e não pela troca mercantil, que é interobjetiva, com as coisas relacionando-se entre si.

das diferentes forças de trabalho (e seu conseqüente desgaste) empregadas na produção em um tempo menor. A forma primordial de confisco de trabalho não remunerado passa a ser a da diminuição do tempo de *trabalho necessário* (aquele destinado à produção do equivalente ao salário), aumentando a parte embolsada pelo capitalista, que caracteriza a chamada *mais-valia relativa* e cujo desenvolvimento supõe sempre uma permanente alteração da composição orgânica do capital, com o aumento mais do que proporcional do *capital constante* (maquinaria, matérias primas, etc.) em relação ao *capital variável* (salários). Enquanto no *artesanato* os trabalhadores estavam diretamente ligados aos meios de produção e detinham o conhecimento sobre seu emprego, que lhes era transmitido através de práticas tradicionais, de geração em geração; na *manufatura*, um agente externo, o capitalista, se intercala no processo produtivo e o organiza segundo sua conveniência, rompendo paulatinamente com o tradicionalismo do artesanato e abrindo espaço para a introdução da *grande indústria*, na qual a *ciência* se transforma em força produtiva a serviço do capital, desenvolvendo-se sob as orientações e em consonância aos interesses de seu (da ciência) mecenas: o capitalista (diretamente ou através do Estado). Segundo Marx: “O capital não cria a ciência, mas a explora apropriando-se dela no processo produtivo” (Marx, 1980, p. 162). A Revolução industrial se caracterizará, precisamente, por esta incorporação da ciência como constitutiva da força produtiva do trabalho. Porém, sob a égide do capital “a ciência intervém como *força externa, hostil* ao trabalho” (Marx, Idem, p. 163). “Só a produção capitalista transforma o processo produtivo material em aplicação da *ciência à produção* – em ciência posta em prática, porém somente submetendo o trabalho ao capital” (Ibid., p. 164).

Com efeito, no artesanato a base técnica da produção está baseada na tradição. Reiteram-se práticas produtivas que são repassadas de geração em geração, através de um aprendizado efetuado dentro de um contexto corporativo. Há pouco espaço para a inovação. Com a incorporação da ciência como força produtiva a técnica metamorfoseia-se em *tecnologia*, produto da fusão da ciência com a técnica.¹⁹ Embora a técnica, em sua versão tradicional e ligada ao artesanato, fosse constitutivamente conservadora, ela carrega em si o gérmen da cumulatividade. Já a ciência, revolucionária por natureza, não tem um caráter necessariamente cumulativo. As revoluções científicas, como demonstra Thomas Kuhn (1972), podem tornar incomensuráveis diferentes teorias no âmbito de uma mesma ciência. Uma teoria científica sucessora pode não se basear nas premissas da teoria precedente, mas fundar-se em sua negação. A historicidade das sociedades humanas, portanto, parece repousar na cumulatividade da técnica que, quando consorciada ao caráter

19 “Só em uma época relativamente moderna se descobriu a vinculação que une a mecânica, a física y a química com o artesanato (seria melhor dizer, com a indústria). Entre os *artesãos* as regras e as experiências se transmitiam de mestres a aprendizes e a oficiais; daí se deriva, pois, uma *tradição conservadora*. Nos tempos antigos às ciências se contrapunham os *preconceitos*. Em 1772 Beckman empregou pela primeira vez o termo *tecnologia*” (Marx, 1980, p. 96).

revolucionário da ciência, que rompe com o atavismo das práticas tradicionais, resulta exponenciada pela tecnologia.

Ao longo da Antiguidade clássica, durante mais de um milênio do período greco-romano, escasso avanço das forças produtivas foi registrado. Daí que os pensadores antigos, embora concebessem o movimento e a mudança permanentes, não conheciam a noção de “progresso” e só na Idade Média pôde consumir-se uma revolução agrícola, com a rotação dos cultivos e uma melhoria acentuada dos implementos agrícolas, além do uso estendido de forças motrizes não animais ou humanas, como os moinhos de vento e as rodas d’água. Esta lenta marcha, configurada em espasmos sucessivos, desembocou na Revolução Industrial (Moura, 2001b, p. 206). Na Antiguidade Clássica a técnica e a ciência (esta última fundada na *skholé* helênica ou em sua congênere, o *otium* latino) não interagem. A ciência não era precipuamente empírica, mas contemplativa. Já a tecnologia, fruto do conúbio entre a ciência e a técnica, emerge a partir da segunda metade do Século XVIII. Um dos elementos cruciais do *fetichismo do capital* consiste precisamente em apresentar a ciência como um atributo seu e não da inteligência humana. O outro repousa em seu próprio código genético, ou seja, no movimento insaciável da valorização do valor, que subjuga os homens a este desiderato, convertendo-os em energúmenos da forma capital dos produtos do trabalho humano (Moura, 2002, pp. 153-155). Enquanto as mercadorias profanas [*profane Waren*] necessitam de guardiões que as levem ao mercado para que possam manifestar seu valor, transformando-as em riqueza abstrata, o capital necessita de energúmenos que se deixem possuir pelo sujeito automático da insaciável valorização do valor e se convertam em suas encarnações.

A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro deste movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável. Como portador consciente deste movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é sua meta subjetiva, e só enquanto apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho (Marx, 1983, Livro I, Vol. 1, p. 129).

Este movimento voraz e incessante da riqueza abstrata, que se apodera da “vontade” e da “consciência” do capitalista (enquanto capital encarnado) ameaça,

como premonitoriamente previu Marx, as duas fontes primordiais de toda a riqueza concreta (valor de uso): a terra e os trabalhadores (Marx, 1983, Livro I, Vol. 2, p. 102). A emergência do Antropoceno parece indicar que a socialidade humana hegemônica pela forma capital, em seu processo insaciável, está no seu limite e impõe-se a disjuntiva vital: sua gestão racional e a superação do capitalismo ou um desenlace catastrófico para a humanidade²⁰.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. *La Revolución Teórica de Marx*, 13ª Ed., Trad. Harnecker, Marta, México: Siglo XXI, 1975.
- ARISTÓTELES. Política. In: ARISTÓTELES. *Obras*. Trad. Samaranch, Francisco, Madrid: Aguilar, 1973, p. 1403-1569.
- ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Trad. Konder, Leandro, Rio de Janeiro: Vitória, 1964.
- ENGELS, F. Del Socialismo Utópico al Socialismo Científico. In *Obras Filosóficas* [compilação], Trad. Rocés, Wenceslao, México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 577-636.
- GRESPLAN, J. *Marx e a Crítica do Modo de Representação Capitalista*, São Paulo: Boitempo, 2019.
- KUHN, T. *La Estructura de las Revoluciones Científicas*, Trad. Contín, Agustín, México: Fondo de Cultura Económica, 1972.
- KUUCINEN, O. *et alii. Fundamentos do Marxismo-Leninismo*, Rio: Vitória, 1962.
- LUXEMBURGO, R. *La Acumulación Del Capital*, Trad. Fernández, Raimundo, México: Grijalbo, 1967.
- MARX, K; ENGELS, F. Die deutsche Ideologie. In: MARX, K. *Die Frühschriften*, Stuttgart: Alfred Kröner, 1953.
- MARX, K; ENGELS, F. *La Ideología Alemana*, Trad. Rocés, Wenceslao, México: Cultura Popular, 1974.
- MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. 6ª Edição, Trad. Nogueira, Marco Aurélio e Konder, Leandro, Petrópolis: Vozes, 1996.
- MARX, K. Misère de la philosophie. In: MARX, K. *Œuvres économie*, Tomo I, Paris: Gallimard, 1965, p. 1-136.
- MARX, K. *Das Kapital*. Livro I, MEW (Vol. 23), Berlim: Dietz, 1972.
- MARX, K. *Capital y Tecnología: Manuscritos Inéditos [1861-1863]*. Trad. García, Alfonso, México: Terra Nova, 1980.
- MARX, K. Carta à redação de Ostietchestviennii Zapinski de novembro de 1877. In: FERNANDES, R. C. (Org.). *Dilemas do Socialismo: A Controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*, São Paulo: Paz e Terra, 1982a, p. 165-168.

20 O desfecho funesto é ainda mais plausível quando se recorda que a produção bélica cumpre um rol primordial. Mercadoria cujo consumo é em boa medida fictício (parte significativa do armamento se torna obsoleta sem ser utilizada), favorecendo uma produção tendente ao ilimitado, tornou-se a fonte principal das inovações tecnológicas (informática, telecomunicações, energia nuclear, internet, biotecnologia, etc.), graças aos vultosos recursos que lhe são destinados (Moura, 2012, p. 117).

- MARX, K. Carta a Vera Zasulitch de 8 de março de 1881. In: FERNANDES, R. C. (Org.). *Dilemas do Socialismo: A Controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*, São Paulo: Paz e Terra, 1982b, p. 187-188.
- MARX, K. *O Capital*. Trad. Barbosa, Regis e Kothe, Flávio, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, K. *Grundrisse: Lineamientos fundamentales para la crítica de la economía política (1857-1858)*. Trad. Roces, Wenceslao, México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- MARX, K. *Teorías sobre la plusvalía*. Trad. Roces, Wenceslao, México, Fondo de Cultura Económica, 1987.
- MARX, K. *Contribución a la crítica de la economía política*. 7ª Ed., Trad. Tula, Jorge et alii, México: Siglo XXI, 2003.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropología*, Vol. II, São Paulo: E.P.U./Edusp, 1974.
- MOURA, M. Sobre o Projeto de Crítica da Economia Política de Marx, *Crítica Marxista n° 9*, São Paulo: Xamã, 1999, p. 52-78.
- MOURA, M. Para uma Teoria da Cultura, *Novos Rumos n° 35*, São Paulo: Instituto Astrogildo Pereira, 2001a, p. 35-46.
- MOURA, M. A Criatura Criadora: Notas sobre o Tomismo e a Revolução Tecnocientífica. In: OLIVEIRA, E. (Org.). *Filosofia Política e Teoria Social*, Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001b, p. 205-237.
- MOURA, M. Considerações acerca do Fetichismo do Capital. *Perspectiva Filosófica n°17*, Recife: Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, 2002, p. 145-155.
- MOURA, M. Usos e Abusos no Emprego do Conceito de “Modo de Produção”. In: SILVA, G. (Org.). *História e Civilização*, Salvador: Edufba, 2011, p. 151-168.
- MOURA, M. Reflexiones sobre el contexto de descubrimiento. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales v. 18 n. 2*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2012, p. 109-118.
- PLEKHANOV, G. *Cuestiones Fundamentales del Marxismo*, Barcelona: Fontamara, 1976.
- RUBEL, M. Notes et Variantes. In: MARX, K. *Œuvres: économie*, Tomo I, Paris: Gallimard, 1977, p. 1546-1736.
- SHAJNAZÁROV, G. et alii. *Ciencia de la Sociedad*, Moscou: Progreso, 1977.
- SMITH, A. *An Inquiry Into the Nature and Causes of Wealth of Nations*, Nova York: P.F. Collier & Son Corporation, 1956.
- STALIN, J. Sobre el materialismo dialéctico y el materialismo histórico. In: STALIN, J. *¿Anarquismo o socialismo?*, México: Grijalbo, 1972.
- ZASULITCH, V. Carta a Marx de 16 de fevereiro de 1881. In: FERNANDES, R. C. (Org.). *Dilemas do Socialismo: A Controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*, São Paulo: Paz e Terra, 1982, p. 173-174.

Resumo

A concepção materialista da história não é uma filosofia da história, tampouco preconiza uma trajetória linear ou uma explicação redutível a um hipotético “fator econômico” que, no caso da sociedade burguesa (fundada precipuamente na

riqueza abstrata e, portanto, extrassensorial), sequer seria material. A tecnologia, responsável pela aceleração da roda da história, estimulada pela ciência, embora originada como força produtiva do capital, não é exclusividade deste mecenas, mas da inventividade humana e, por isso, pode prescindir da forma capital e dela se emancipar, ensejando a possibilidade de um Antropoceno benfazejo.

Palavras-chave: materialismo histórico; procriação; tecnologia; marxismo.

Abstract

The materialist conception of history is not a philosophy of history. Neither does it indicate a linear trajectory or an explanation that can be reduced to a hypothetical “economical factor” that, in the case of the bourgeois society (founded mainly on abstract richness and, as such, extrasensory), would not even be material. Technology, responsible for accelerating the wheel of history, stimulated by science, despite having originated as the productive force of capital, is not an exclusive of this Maecenas, but of human inventiveness and, due to that, can do without the capital form and emancipate itself, motivating a beneficial Anthropocene.

Keywords: historical materialism; procreation; technology; Marxism.